

RAINHAS MIRINS E RELAÇÕES DE GÊNERO: INFÂNCIAS NA FESTA DOS CAMINHONEIROS EM ITABAIANA-SE¹

Marcos Ribeiro de Melo

Universidade Federal de Sergipe, e-mail: marcos_demelo@hotmail.com

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Universidade Federal de Sergipe, e-mail: michelevasconcelos@hotmail.com

Resumo

Este artigo problematiza a generificação da infância, a partir de uma análise acerca da participação de meninas, entre cinco e nove anos, no concurso de rainha mirim da Festa dos Caminhoneiros na cidade de Itabaiana-SE. O argumento do trabalho é o de que o concurso é um território de aprendizagens de gênero, veiculando normas regulatórias e inscrevendo nos corpos das garotas que dele participam modelos do que é ser menina/mulher. No entanto, compreende-se que as crianças são sujeitos ativos na relação com o mundo e, neste contexto, interpretam e negociam suas corporeidades e seus papéis de gênero. Para a produção de dados, foram realizadas observações dos ensaios do concurso e produção de diários de campo. Concomitantemente foram feitas entrevistas com os adultos (mães e organizadores) que participaram do evento. O contato com as crianças foi intermediado pela construção de um caderno de memórias onde, através de desenhos, colagens e escritos das meninas participantes, se pudesse ter acesso às compreensões/experiências/sentimentos que elas tinham ao participar do concurso. A análise dos dados apontou que, além das dimensões estéticas, o concurso é atravessado por aspectos mercadológicos e por visões contraditórias sobre o que é infância. Ele é um espaço de aprendizagens de gênero, de conformação de corpos infantis a determinadas expectativas de feminilidades que, todavia, são eventualmente borradas pelas crianças. A análise dos desenhos evidenciou também que, para além de uma competição geradora de ansiedade e tensões, as crianças construíam relações afetivas entre si pautadas numa política da amizade.

Palavras-chave: gênero, infância, feminilidades, etnografia.

INTRODUÇÃO

Itabaiana, cidade do agreste sergipano, nacionalmente conhecida como a “capital do caminhão”, título conferido em 2014 pela Lei Federal 13.044 de 19 de novembro. O título é facilmente compreendido ao observar-se a frota numerosa de caminhões da cidade, a arquitetura das casas com os pés direitos altos de suas garagens e, principalmente, ao se viver a “Festa dos Caminhoneiros”. A festividade acontece desde 1966 e reúne anualmente, durante os primeiros treze dias do mês de junho, caminhoneiros de todo país, seus familiares, a população da cidade e de

¹Este artigo é parte dos resultados da pesquisa “Rainhas, reis e caminhoneiros mirins: culturas infantis e relações de gênero na Festa dos caminhoneiros em Itabaiana-SE” que contou com apoio da Universidade Federal de Sergipe através do financiamento da bolsa de iniciação científica de Leandro dos Santos Rodrigues (COPES/UFS), responsável pela coleta dos dados.

regiões próximas. No calendário de atividades, constam shows musicais, concursos de beleza, carreatas e agronegócio. O último dia culmina com a procissão de Santo Antônio, apresentando, como afirma Amaral (1998), a oscilação comum a quase todas as festas, que se encontram entre o “sagrado” e o “profano”.

Para a maioria dos/as autores/as estudados/as por Amaral (1998), as festas comunitárias teriam como principal intento o divertimento, “uma rápida fuga da monotonia cotidiana do trabalho pela sobrevivência, não tendo, a princípio, nenhuma ‘utilidade’” (AMARAL, 1998, p. 27). Contudo, como afirma Del Priore (1994), a festa é uma expressão de uma organização social, onde “[...] os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante a sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos expectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários” (DEL PRIORE, 1994, p. 10).

A participação infantil na Festa dos Caminhoneiros não é novidade, pois é comum encontrarmos as crianças com seus pais, em plena madrugada, observando a carreta dos caminhões que buzina incessantemente ou ainda nas exposições de agronegócios e na procissão. Entretanto, apenas muito recentemente elas ganharam espaço exclusivo nas festividades. Os concursos de rainha dos caminhoneiros mirins e as carreatas mirins foram incorporados à programação oficial apenas nesta década de 2010. Trata-se de competições que envolvem, no caso da rainha mirim, meninas pequenas de 05 a 09 anos de idade. A edição do concurso de 2015 trouxe a possibilidade de inscrição de meninos de 08 a 10 anos, mas não houve candidatos. Entre os critérios de avaliação, simpatia, beleza e desenvoltura na passarela foram itens de julgamento.

O que parece ser uma ‘simples’ brincadeira para as crianças, faz parte de um complexo processo de subjetivação, que inclui, entre outros aspectos, a generificação de seus corpos. Aqui evocamos a compreensão de Vygotsky (1998) sobre o “brincar” e o “brinquedo”, quando afirma que as aquisições feitas pelas crianças nestas atividades, tornar-se-ão, no futuro, seu nível básico de ação e moralidade. Ainda neste caminho, no que tange os estudos sobre a produção contemporânea de corpos infantis, parte dos trabalhos se volta à análise de que há um investimento contínuo em sua erotização e seu consumo (FELIPE, 2003; FISCHER, 2008; NETTO, 2010; BECK, 2013; CARVALHO & SERPA, 2014). É consenso também nesses debates que o corpo deve ser compreendido como uma invenção cultural, histórica, construído por práticas discursivas e não discursivas muito bem datadas.

Numa direção semelhante, a infância e todos os sentidos a ela atribuídos, não devem ser interpretados como “fenômenos naturais”. Historicamente, a invenção da infância, ocorrida na Modernidade, possibilitou enxergar de maneira diferente os primeiros anos de vida dos humanos na sociedade ocidental. Antes percebidas como “adultos em miniatura” (ARIES, 2006), as crianças passaram a ser vistas como seres inocentes, dependentes e incompletos. Estas representações da infância se consolidaram a partir principalmente do século XVIII e XIX, quando os campos de conhecimento médico, pedagógico, psicológico e jurídico, entre outros, investiram seus interesses sobre a criança, esquadrihando seus corpos, suas mentes e seu desenvolvimento, sob distintas perspectivas: física, cognitiva, moral, afetiva e social (COSTA, 1999; GONDRA, 2004; GUIZZO, BECK e FELIPE, 2013).

O trabalho partiu de dois pressupostos que se distanciam de perspectivas prescritivas, generalizantes, normalizadoras e moralizantes, que são encontradas em muitos discursos da psicologia do desenvolvimento e da pedagogia, consagrados saberes-poderes sobre a infância. O primeiro deles é do perceber a infância não como homogênea e universal, mas como múltipla, como devir, como tempo intempestivo, de fratura, ruptura, tempo de “descontinuidade daquilo que não sabemos, não somos, não está, estamos em via de nos diferir, e que será inventado” (ABRAMOVICZ, 2011, p. 21) no jogo de um tempo e espaço históricos, tratando-se de sujeitos infantes concretos e contextualizados e da infância como essa experiência limite da/na linguagem de um tempo, esse *locus* de desconstrução e invenção de nossa própria humanidade (AGAMBEN, 2005).

O segundo pressuposto, imbricado a este primeiro, é o de considerar as crianças como coprodutoras de cultura. Assim, compreende-se que o desenvolvimento social infantil não é meramente um processo passivo de internalização privada de conhecimentos e habilidades adultas, mas um processo de apropriação, reinvenção e reprodução das práticas humanas. Como afirma Corsaro (2011) ao cunhar a categoria “reprodução interpretativa” para se distanciar do termo “socialização”, “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais” (CORSARO, 2011, p. 31-32) por meio, principalmente, do compartilhamento do sistema simbólico (linguagem) e das rotinas culturais que participam. As participações e produções em rotinas culturais criança-adulto e criança-criança, por sua vez, são entendidas aqui como os meios através dos quais as crianças se tornam membros tanto de suas culturas de pares quanto do mundo adulto. As culturas de pares, um conjunto de rotinas, artefatos, preocupações e valores que as crianças partilham entre si, são tentativas das crianças de

dar sentido ao mundo adulto e também de resistência ao mesmo, dada sua situação de subordinação em nossas culturas adultocêntricas (CORSARO e EDER, 1990; CORSARO, 2011).

Entretanto, pouca atenção tem se dispensado aos modos como as crianças experimentam, negociam, subvertem e resistem à arbitrariedade binária dos gêneros, tanto na escola quanto fora dela. Sabe-se que a categoria gênero foi cunhada dentro do debate feminista norte-americano na tentativa de desvencilhar-se do determinismo biológico do uso dos termos “sexo” e “diferenças sexuais”, apontando seu caráter social, relacional e político, além de evidenciar que determinadas práticas e instituições fabricam sujeitos e corpos generificados em modelos fixos e essencializados de masculinidade e feminilidade (SCOTT, 1989; LOURO, 1997; BELELI, 2010). O que o uso desta categoria nos aponta, inicialmente, é que as diferenças traduzidas em desigualdades de gênero são fruto de uma aprendizagem e da coerção dos corpos às identidades de gênero e sexuais fixas e hetero-orientadas. Como afirma Davies (2003), sexo e gênero são ao mesmo tempo elementos da estrutura social, como também, criados e mantidos pelos indivíduos. E, a despeito dos sujeitos poderem atuar e transformar estas estruturas, elas devem sempre ser reconhecidas como compelindo estes mesmos sujeitos e suas ações sociais.

Nesse contexto, não somente a escola é um espaço privilegiado para se perceber a generificação dos corpos e subjetividades infantis. Há vários outros espaços onde circulam discursos cujo objetivo é o disciplinamento, o controle e a normalização das crianças: os salões de beleza, as festas, os “playgrounds”, os desenhos animados, o cinema etc. Deste modo, pode-se perceber o concurso de beleza infantil, espaço destinado às crianças, mais precisamente a meninas, como lugar onde discursos de gênero circulam forjando, ainda que não passivamente, corporeidades infantis, ou seja, a Festa dos Caminhoneiros como território de aprendizagens de gênero. Corroborando essa perspectiva, Aydt e Corsaro (2003) apontam em seus estudos que, apesar das teorias da aprendizagem social e do desenvolvimento cognitivo terem realizado pesquisas com crianças para entenderem se a origem cultural do gênero é derivada dos reforços sociais adultos ou das percepções individuais das crianças acerca do seu próprio gênero, maiores investimentos devem ser realizados sobre as culturas de pares, partindo-se da percepção de que as crianças interpretam os papéis de gênero e, muitas vezes, o fazem de maneira surpreendente. Diante dos aspectos acima expostos, a pesquisa intentou responder às seguintes questões: Que elementos discursivos forjam os padrões de beleza e feminilidades num concurso de beleza infantil? Que sentidos são atribuídos pelas meninas às suas participações na “Festa dos Caminhoneiros”? Como elas (re)ssignificam, (re)interpretam e negociam os papéis de gêneros no concurso de rainha dos caminhoneiros mirins?

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou três técnicas de produção de dados: observação etnográfica com produção de diários de campo, entrevista e a criação de desenhos e colagens pelas crianças. O trabalho de observação etnográfica se interessou pelos sentidos e interpretações dadas pelas meninas às suas participações no concurso. O objetivo era inseri-las no processo de pesquisa e manter uma escuta atenta ao que elas tinham a dizer (CRUZ, 2012). As observações e descrições dos ensaios e de seus bastidores foram registradas em diário de campo após cada encontro.

A aplicação de um roteiro de entrevista com os adultos envolvidos no concurso (o idealizador/executor do evento, mães e a coreógrafa) teve como intenção entrar em contato com a visão de adultos envolvidos diretamente na festividade. A entrevista também serviu à pesquisa como possibilidade de historicizar o concurso.

As crianças tiveram dificuldade em utilizar suas habilidades orais como forma de expressão de seus afetos e de relatar suas experiências. Com o objetivo de superar esta dificuldade, as crianças foram incentivadas a produzirem um “caderno de memórias” com desenhos, colagens e pequenos escritos sobre suas vivências no concurso, pois “os desenhos são verdadeiros documentos produzidos pelas crianças e que com base neles é possível conhecer muito de sua realidade vivida e perceber as crianças como falantes e criadoras de cultura” (GOBBI, 1999, p. 139).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados produzidos através do diário de campo, das entrevistas e dos cadernos de memórias foram organizados e analisados em dois episódios que suscitaram reflexões sobre a participação das crianças no concurso: 1) O grande dia: meninas-rainha; 2) Improváveis resistências: reinventando o concurso.

Episódio 1 – O grande dia: meninas-rainhas

Noite de um domingo do trezenário junino, praça de eventos em Itabaiana lotada. Adultos, crianças, torcidas organizadas e vendedores se amontoavam para ver as candidatas à rainha dos caminhoneiros. As candidatas, meninas e mulheres, entravam e saíam do palco ao som da música sertaneja “Ser humano ou anjo” da dupla Matheus e Kauã. Todas vestiam o mesmo figurino: calça jeans apertada, bota e blusa curta azul-bebê levando a marca do patrocinador principal. Entre as trocas de roupas, um telão ao lado do palco mostrava cada candidata com seus devidos

patrocinadores, lojas locais que ajudaram a custear os gastos com as vestimentas para o dia do concurso, maquiagem, cabelo, entre outras despesas (ver figura 1). Empreendedoras de si (ROSE, 2011) e inscritas no lugar social de consumidoras (MOMO, 2012), as meninas-rainhas são submetidas a uma racionalidade do governo de suas condutas apoiada num mercado de consumo que associa a beleza, a saúde e os cuidados físicos à competitividade e, em certa medida, ao sucesso feminino no mundo do trabalho e na vida afetiva.

Ao apresentar as pequenas participantes, a locutora do evento utilizava adjetivos como “meiga”, “bela”, “docinho”, “fofinha” e “florzinha”. Gênero é norma que, para produzir e naturalizar corpos femininos e masculinos de determinados tipos e não de outros, precisa ser constantemente reiterada em uma rede de práticas, inclusive discursivas. Como parte dessa composição naturalizada, podemos associar os ditames midiáticos de uma beleza plastificada ao que Paraíso (2016) aponta o afeto como tecnologia de governo das condutas de mulheres, ou seja, uma tecnologia generificada como investimento estratégico para conduzir condutas de “mulheres de verdade”: cuidadosas, afetuosas, belas. Nessa rede, inscrevem-se também práticas de governo da infância, articulando um entendimento das crianças como seres faltosos, porque não adultos profissionais. Menina, o que você vai ser quando crescer? Os sonhos profissionais são também anunciados ao público pela locutora. Algumas garotas querem ser médicas, outras veterinárias, arquitetas e professoras, algumas, no entanto, almejam ser policiais. Mas policial não seria coisa de mulher cuidadosa e bela, não seria coisa de homem? Alguns anseios borravam a apresentação da locutora e, provavelmente, algumas expectativas adultas. Como aponta Walkerdine (1999), a “natureza das crianças” não é descoberta, mas produzida por regimes de verdades. Embora a criança seja tomada como neutra, ela é sempre pensada como um menino: “ativo, criativo, desobediente, contestador de regras, racional. A figura da menina, por contraste, sugere uma patologia não natural: ela trabalha enquanto o menino é brincalhão, ela segue regras enquanto ele trata de quebrá-las, ela é boa, bem comportada, não racional” (WALKERDINE, 1999, p. 77).

No transcorrer da noite do concurso, notou-se o quanto as meninas estavam desinibidas e felizes com aquele momento. Os aplausos, gritos e assovios da plateia faziam com que as pequenas abrissem a todo instante um largo sorriso. Houve duas apresentações musicais. A primeira, coreografada com uma canção mais lenta e com passos de *ballet*, contou com a presença próxima da professora à frente das crianças, lembrando-lhes a coreografia. O segundo número musical, no entanto, foi coreografado com os passos e a canção de uma cantora pop nacional muito popular, Anitta, e sua música “Bang”. Entre os passos sensuais que dispensaram a presença da professora,

agora encostada num dos cantos do palco, ouvia-se o refrão da música: *Vem na maldade, com vontade. Chega, encosta em mim. Hoje eu quero e você sabe que eu gosto assim.*

Figura 1 – Trajes da competição das rainhas mirins em 2015



Fonte: Caderno de memórias de Letícia² (sete anos)

As coreografias e as músicas eram discutidas por uma comissão de adultos antes mesmo dos ensaios começarem. Quando questionado sobre as políticas de proteção a infância, o coordenador do concurso afirmou, enquanto exibia fotos de concursos anteriores com meninas vestidas com blusas e shorts curtos: *“A gente tem muito cuidado com tudo. Por exemplo, você viu aí que tem as meninas mostrando a barriga?! Mas, mande ela cobrir a barriga pra você ver a briga que uma dessas meninas faz”*.

A instalação, a partir do século XVIII, do dispositivo de um “sistema infância”, afirma Schérer (2009), não apenas a constitui, mas também dita os deveres e as condutas dos adultos em relação às crianças. “A infância, como tal, começa a ocupar um campo social bem delimitado que impõe, aos responsáveis por essa faixa etária, o que devem, ou não, dizer e fazer” (SCHÉRER, 2009, p. 18). No concurso de rainhas mirins, um jogo de tensões se apresentou na tentativa de manter a estabilidade das fronteiras “naturais” entre as idades, ora indicando uma preocupação com a manutenção das características “próprias” das crianças: a inocência e uma sexualidade pueril ou inexistente, ora indicando uma sensualidade que, por vezes, também era analisada como própria das

² Os nomes das/dos participantes da pesquisa são fictícios.

meninas. A este respeito, apontam Felipe (2003; 2006) e Beck (2013), ao tempo em que dispositivos jurídicos/médicos/psicológicos/pedagógicos se constituem com o objetivo de preservar a integridade das crianças e também combater a pedofilia, um significativo investimento em práticas corporais ‘sexualizadas’ na infância se faz presente em nossa cultura. A crescente visibilidade dos corpos infantis, sustentada pela preocupação com sua aparência e na necessidade de intervenções “por meio de artefatos, produtos e comportamentos, parece estabelecer-se, e a erotização da infância e a da imagem da criança acaba por ser consequência (o resultado) desse processo” (BECK, 2013, p. 141).

Episódio 2 – Improváveis resistências: reinventando o concurso

O gênero é uma “ficção discursiva”, afirma Judith Butler, uma estilização repetida do e no corpo, “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir uma substância de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p.59). Trata-se de uma invenção, mas não de uma ilusão ou devaneio, pois ao ser materializado nos subjetiva dentro de um regime de verdade. Assim, como efeitos de seu poder social, o gênero produz a inteligibilidade de certas corporeidades, a patologização de outras, gera, justifica e naturaliza desigualdades.

Estaríamos fadadas/os a reproduzir *ad infinitum* as normatizações do gênero? Foucault lança luz sobre este dilema ao asseverar que: “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1998, p.91) e, ainda mais, que o poder não é essencialmente repressivo, mas produtivo, e que “passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes” (DELEUZE, 2005, p. 79). Deste modo, sendo o gênero um efeito de um conjunto de práticas sociais idealizadas e contingenciais, compreende-se que ele também é uma norma que “pode ser questionada e problematizada, potencialmente desidealizada e desinvestida” (BUTLER, 2014. 262).

Os cadernos de memória foram espaços de expressão de afetos e impressões que as candidatas tiveram acerca de suas passagens pelo concurso. Para este artigo destacamos imagens e narrativas que indicam as insubordinações das crianças para além das persistentes regulações de gênero e de uma constante competitividade presente no concurso.

A pressão emocional experimentada pelas candidatas na busca dos patrocinadores, na competição com as outras garotas e nos ensaios, pode ser traduzida na escrita de Letícia (sete anos) que, ao destacar sua segunda experiência no concurso, relatou seus sentimentos em relação ao

coreógrafo do espetáculo: *Ele gritava muito com todas nós no último ensaio, eu até chorei de tristeza* (grifos nossos). Se as emoções são movimentos que atravessam nosso corpo e, segundo Didi-Huberman (2016), agitam e fazem tremer nossa alma, tais vibrações também produzem (re)existências. Num contraponto à sua própria afirmação, Letícia destaca as “muitas amizades” feitas durante seu transito pelo evento, a “felicidade de ir aos ensaios” em sua primeira experiência de competição, quando outra coreógrafa, a quem chama de “professora de dança”, coordenava as apresentações artísticas (ver figura 2).

Figura 2 – “Eu e minhas amigas”



Fonte: Caderno de memórias de Letícia (oito anos)

Gabriela, de oito anos, destacou o quanto se divertia com o concurso e também a sua relação com os homenageados da festa: os caminhoneiros (ver figura 3). Em suas palavras: *Participar da rainha mirim dos caminhoneiros é o sonho de toda criança principalmente o meu. Porque eu tenho orgulho dos caminhoneiros*. Apesar da Festa do Caminhoneiro em Itabaiana-SE, nos dias atuais, ter um forte vínculo com o agronegócio e sua ideia de progresso, a memória dos que construíram a cidade, daqueles que envelheceram ou morreram nas estradas (muitos deles avós, pais e tios das crianças), mobiliza o desejo infantil de participação no festejo. Rememorando seus velhos, e aqui acrescentamos também seus mortos, as crianças têm contato com as fontes de sua cultura local e, assim, preparam e alargam as fronteiras do seu presente (CHAUÍ, 1994).

Figura 3 – O caminhão



Fonte: Cadernos de memórias de Gabriela (oito anos)

A partir do agenciamento com uma certa política da amizade (GOMES e SILVA JÚNIOR, 2007), observa-se a recusa das crianças ao individualismo inerente às competições e, numa reescrita de suas participações, vinculam-se aos afetos, à solidariedade da amizade, ao divertimento e às lembranças de seus entes queridos. Deste modo, apesar do concurso de rainhas-mirins ser palco das aprendizagens de gênero e de conformação de corpos infantis a determinadas expectativas de feminilidades, em suas experiências, as pequenas garotas subvertem sentidos, transbordam as limitações da realidade. Resistem.

CONCLUSÕES

“Repetir, repetir, até ficar diferente”, poetiza Manoel de Barros em seu *Livro das Ignorâncias* sobre as possibilidades da invenção de nós mesmos. Se nos distanciamos do gênero como algo “natural”, biológico, e o compreendemos como ficção, não negamos a sua produção de regimes de verdades e seus efeitos nos corpos que constitui. Contudo, entre as frestas das normatizações presentes no concurso, as candidatas à rainha mirim dos caminhoneiros performam gêneros e também resistências. No faz-de-conta de serem meninas-mulheres e na intensidade de outra temporalidade, as pequenas garotas constroem laços afetivos, reinventam feminilidades e desestabilizam certezas sobre o que é “a” infância, o que é “ser menina”, o que é “ser mulher”. Assim, a festa, aqui nos atrevendo a contestar a literatura consultada, é também espaço de desaprendizagens e, neste caso em específico, de desconserto do gênero.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 17-36.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. 387 f. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- AYDT, Hilary; CORSARO, William A. Differences in children’s construction across culture. **American behavioral scientist**, vol. 46, n. 10, June 2003, p. 1306-1325.
- BECK, Dinah Quesada. Com que roupa eu vou? Consumo e erotização nos uniformes escolares infantis. In: GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada; FELIPE, Jane. **Infâncias, gênero e sexualidade**: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Editora da ULBRA, 2013, p. 125-146.
- BELELI, Iara. Gênero. In: MISKOLCI, Richard (org.). **Marcas da diferença no ensino escola**. São Carlos: EdUFSCar, 2010, p. 45- 74.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 17 dez. 2015.
- CARVALHO, Isis Alves; SERPA, Monise Gomes. Corpo e Embelezamento: a Criança Participante de Concurso de Beleza. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 835-849, dez. 2014.
- CHAUÛ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 17-33.
- CRUZ, Tânia Mara. Gênero e cultura infantis: os clubinhos da escola e as trocinhas do Bom Retiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.1, p. 63-78, 2012.
- CORSARO, William. **Sociologia da infância**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CORSARO, William A.; EDER, Donna. Children’s peer cultures. **Annu. Rev. Sociol.** 1990, n. 16, p. 197-220.
- COSTA, Jurandir Freire Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- DAVIES, Bronwyn. **Frogs and snails and feminist tales**: preschool children and gender. New York: Hampton Press, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, p. 53-65, 2003.
- FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, p. 201-223, Jun. 2006.
- GOMES, Livia Godinho Nery; SILVA JÚNIOR, Nelson. Experimentação política da amizade: alteridade e solidariedade nas classes populares. **Psic. Teo. e Pesq.**, abr.-jun. 2007, vol. 23, n.2, p. 149-158.

- GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada; FELIPE, Jane. Infâncias, gênero e sexualidade. In: ___. **Infâncias, gênero e sexualidade**: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Editora da ULBRA, 2013, p. 17-27.
- FISHER, Rosa. Pequena Miss Sunshine: para além de uma subjetividade interior. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997
- MOMO, Mariangela. Mídia, consumo e os desafios de educar uma infância pós-moderna. In: DORNELLES, Leni Vieira; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 29-51.
- NETTO, Carla Freitas Silveira. **Significado cultural dos bens de consumo em um concurso de beleza infantil**. 137f. Dissertação de mestrado. Mestrado em Administração e Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.
- OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Educação e diferença: na direção da multidão. In: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK (orgs.). **Educação infantil e diferença**. São Paulo: Papyrus, 2013, p. 149-167.
- PARAISO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016.
- ROSE, Nicolas. Administrando indivíduos empreendedores. In: ___. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 209-233.
- VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.
- WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 24, n.2, p. 75-88, 1999.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2015.
- SCHÉRER, René. **Infantis**: Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica: 2009.